

VOLTA AO TRABALHO

Empregados da Caixa aceitam acordo

Assembleia sexta-feira na Galeria decide pelo fim da greve a partir desta segunda-feira

Com cerca de 400 trabalhadores a assembleia dos empregados da Caixa decidiu, na sexta-feira (7) aceitar o acordo da mesa única de negociação com a Fenaban e voltar ao trabalho a partir desta segunda-feira (10). Também aceitaram o acordo e decretaram o fim do movimento, os grevistas de Niterói, Baixada Fluminense, Três Rios, Angra dos Reis e das cidades de outros estados onde a Caixa enfrentava paralisações.

DIAS PARADOS

Os empregados da Caixa aceitaram o reajuste de 8%, mais um abono de R\$3.500, 15% sobre o vale-alimentação e a 13ª cesta alimentação e 10% de reajuste no tíquete-refeição (veja quadro completo na página 3). Aceitaram também as cláusulas específicas. Os 31 dias parados, contados até a quinta-feira (6), serão abonados. O dia de greve da sexta-feira (7), será objeto de negociação com a empresa.

RH 184

A assembleia autorizou o Sindicato a entrar na Justiça contra as normas previstas no RH 184, na forma como está em vigor pela Caixa. Isso, caso sejam frustradas as tentativas de acordo, a partir das



NANDO NEVES

Grevistas votam o retorno às agências na segunda-feira, depois de 32 dias de paralisação

discussões da Comissão Paritária prevista na proposta da empresa. Para subsidiar as negociações, o Sindicato também formará um comitê com um representante da entidade, um da associação dos gestores e um de cada superintendência regional do Rio (Sul, Norte e Oeste).

GREVE É DIREITO

Relatos de grevistas que atuaram nos piquetes denunciaram a truculência das superintendências durante a sexta-feira. Houve

boatania, ameaças, perseguições e outras formas de pressão para forçar a entrada nas agências. Houve um informe de uma vítima do RH 184, com denúncia sobre a falta de objetividade dos critérios.

LUTA PERMANENTE

Ao presidir os trabalhos da mesa, Adriana Nalesso parabenizou os trabalhadores e trabalhadoras da Caixa, pela representação de força que fizeram durante os 32 dias de greve. Exortou os grevistas a manterem a luta permanentemente.

“Vivemos um momento difícil da vida nacional. Precisamos superar os nossos medos com a luta permanente. Só através do movimento coletivo, na luta com unidade vamos avançar e arrancar conquistas, preservar os nossos direitos que o governo ilegítimo de Temer quer retirar. Mas os trabalhadores bancários podem contar com o Sindicato, contra os ataques aos direitos. O RH 184 vai para a Justiça se não houver acordo para retrocedê-lo. Não é possível a Caixa tratar seus empregados dessa maneira”, disse.

Principais itens da proposta específica

PLR Social – Distribuição linear de 4% do lucro líquido entre os trabalhadores garantida por dois anos.

Dias de greve anistiados - Abono integral de 31 dias de greve. O abono da paralisação da sexta-feira (7) ainda será objeto de discussão.

Promoção por mérito - A evolução por mérito está assegurada por dois anos. O Grupo de Trabalho (GT) discutirá o aperfeiçoamento dos critérios de promoção.

Revisão do RH 184 - Criação de um Grupo de Trabalho para discutir e estabelecer, em 30 dias, a partir de sua implantação, critérios objetivos de descomissionamento. A intenção é acabar com a arbitrariedade no processo, institucionalizada pelo RH 184 que deixou a decisão aos critérios subjetivos da chefia. Implantação de comissão paritária para discutir a situação dos caixas. O objetivo é rever a extinção da função, prevista no RH 184 que determina a substituição de caixas efetivos por “caixa minuto”.

Saúde Caixa - Manter o GT Saúde do Trabalhador e da mesa permanente de negociação, incluindo na pauta o debate sobre os impactos causados pela implantação de novos processos de trabalho.

Bolsa de estudos - Concessão de 1.600 bolsas: até 300 para graduação; até 500 para pós-graduação e até 800 para idioma estrangeiro.

Parcelamento do adiantamento de férias - Renovação da cláusula referente ao parcelamento do adiantamento de férias em até 10 parcelas mensais.

Licença-amamentação – Garante às empregadas dois descansos especiais diários de meia hora cada um ou descanso único de uma hora para as mães com filho de idade inferior a 12 meses, inclusive adotivos.

Vale-cultura - O direito está mantido ao empregado que ganha até oito salários mínimos.

GASTOS PÚBLICOS**Investimentos sociais ameaçados**

A comissão especial criada na Câmara dos Deputados para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece um teto para os gastos públicos aprovou na noite desta quinta-feira (6) o projeto e rejeitou as propostas de alterações ao texto apresentadas pela oposição.

A votação da PEC 241/16 no plenário da Casa está prevista já para esta segunda segunda-feira, dia 10. O governo Temer tem pressa em aprovar a proposta, que ameaça o futuro do país, pois congela os investimentos sociais, como nas áreas de saúde e educação. Atualmente, a Constituição Federal garante um percentual mínimo da arrecadação da União que deve ser destinado para essas áreas prioritárias. Com a repercussão negativa do projeto e a pressão popular, o governo decidiu abrir uma exceção para saúde e educação em 2017, mas isto não garante os investimentos nos anos seguintes, pois o limite de despesas valerá a partir de 2018.

Para virar lei, a proposta do governo federal terá de ser aprovada em dois turnos na Câmara e no Senado e receber, no mínimo, 308 votos de deputados e 49 de senadores.

BNDES apela e propõe 8% sem abono

NANDO NEVES



Os diretores do Sindicato, José Henrique (E), e da Fetraf/RJ-ES, Ricardo Maggi (D), numa das negociações com a direção do BNDES

Em negociação nesta quinta-feira (6/10), a diretoria do BNDES decidiu apelar. Apresentou ao Sindicato, demais entidades sindicais e associações uma proposta muito rebaixada, prevendo 8% de reajuste, porém sem o abono de R\$ 3,5 mil, abaixo da feita pela Fenaban e aprovada pela maioria dos bancários.

Mas seguiu a Fenaban nos reajustes de 15% para o vale alimentação e 10% para o vale refeição, 13ª cesta e auxílio educação. Fixou também para o próximo ano, reposição da perda inflacionária de um ano mais 1% de aumento real. O banco não seguiu a nova lei que prevê a extensão da licença-maternidade até 180 dias,

limitando o direito a 120 dias, e a licença paternidade a 30 dias. A proposta prevê, ainda, afastamento especial em caso de internação de bebês prematuros, considerando a mesma quantidade de dias da internação.

Propõe que as chefias dos escritórios regionais do Sistema BNDES somente poderão ser ocupadas por empregados e ex-empregados de carreira. Seguro para benefício de risco com valor adicional ao auxílio-doença para empregados não participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB) da Fapes, mediante contratação de seguro com as regras de mercado.

AValiação

Segundo o diretor da Fetraf RJ/ES, Ricardo Maggi, que participa das negociações, as entidades sindicais e associações farão uma reunião de avaliação da proposta na próxima segunda-feira. No encontro deverá ser definido o posicionamento a ser levado à assembleia em data a ser agendada.

Trabalho decente, uma realidade ainda distante

Comemorou-se, sexta-feira (7), o Dia Mundial do Trabalho Decente. A data foi encampada pela Confederação Sindical Internacional (CSI), presidida pelo ex-presidente da CUT, João Felício. Durante os 31 dias de greve, os bancários reivindicaram reajuste e PLR, o fim das metas abusivas e das pressões de gestores para atingi-las – o assédio moral. No meio bancário é fácil perceber que as empresas seguem na contramão do trabalho decente.

No plano mundial, os ataques movidos pelas corporações transnacionais, pelo sistema financeiro



Os brasileiros ainda sofrem com a precariedade no trabalho. A terceirização, se aprovada pelo Congresso Nacional, tornará a situação ainda pior

e por governos cada vez mais submissos à cartilha do grande capital, têm aprofundado ainda mais a crise política e econômica causada pela lógica excludente da concentração das riquezas.

Nesse contexto, é difícil falar em trabalho decente, quando se veem homens e mulheres forçados a se jogar nas águas do mar em busca de um horizonte mais seguro para suas famílias. As sociedades ainda têm muito que lutar contra o capital para barrar o retrocesso e construir um novo tempo, em que a justiça social não seja apenas um sonho acalentado geração após geração.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

Com aumento real em 2017 bancários derrotam política do governo e dos bancos

Em uma conjuntura pautada por ataques aos direitos trabalhistas e arrocho salarial, o acordo de dois anos foi um avanço importante para manter a luta pelo poder de compra da categoria

Afinal, o acordo de dois anos firmado entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban

(Federação Nacional dos Bancos) é ou não uma boa para a categoria? Esta pergunta norteou muitas

conversas de bancários em todo o país. Na avaliação da Contraf-CUT e do Sindicato, sim. Diante de

uma conjuntura tão difícil para os trabalhadores, em que o governo Temer e sua base de sustentação no

Congresso Nacional tentam aprovar projetos que ameaçam os direitos trabalhistas e a política econômica é pautada por arrocho salarial, o acordo bianual é considerado um avanço.

“É um erro acreditar que este acordo engessa a luta dos bancários. Ao contrário, com ele garantimos o aumento real para 2017 e derrotamos a política do governo federal e dos bancos que queriam extinguir os ganhos reais e a elevação do poder de compra dos brasileiros. Além disso, poderemos concentrar nossas atenções em outros itens tão importantes quanto os econômicos, como a defesa do emprego e melhores condições de saúde e de trabalho e o combate ao assédio moral e as metas absurdas que adoecem a categoria, além da discriminação às mulheres e negros nos bancos”, destaca a presidenta do Sindicato Adriana Nalesso.

Os principais itens aprovados (Fenaban)

✓ Abono de todos os dias parados na greve

- ✓ Reajuste salarial 8%
- ✓ Abono R\$3.500,00
- ✓ Vale-alimentação R\$565,28 (15% de aumento)
- ✓ Tíquete-refeição R\$32,60 por dia (10% de aumento)
- ✓ 13ª Cesta-alimentação R\$565,28 (15% de aumento)
- ✓ Auxílio creche/babá R\$434,17 (filhos até 71 meses de idade)
R\$371,43 (filhos até 83 meses de idade)
- ✓ Requalificação profissional R\$1.457,68
- ✓ Auxílio Funeral R\$ 978,08
- ✓ Morte/invalidez por assalto R\$ 145.851,00
- ✓ Auxílio-transporte (noturno) R\$ 102,09
- ✓ Licença paternidade de 20 dias
- ✓ Emprego: centro de realocação e requalificação

PLR – 90% do salário reajustado de 8% + valor fixo de R\$2.183,53, limitado ao valor de R\$11.713,59. Se o total apurado na aplicação da regra básica ficar abaixo de 5% do lucro líquido apurado em 2016, será utilizado multiplicador até atingir esse percentual ou 2,2 salários (o que ocorrer primeiro), limitado a R\$25.769,88.

Parcela Adicional da PLR – 2,2% do lucro líquido distribuído linearmente, limitado a R\$4.367,07.

Antecipação da PLR – 54% do salário reajustado mais valor fixo de R\$1.310,12, limitado a R\$7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido do banco apurado no primeiro semestre de 2016, o que ocorrer primeiro. A primeira parcela da PLR será paga até dez dias após a assinatura da Convenção Coletiva.

- ✓ Licença paternidade de 20 dias
- ✓ Emprego: centro de realocação e requalificação
- ✓ Proposta de reajuste salarial para 2017: Inflação (INPC) + 1% de aumento real*

*Índice repercutirá sobre todas as verbas salariais

Proposta da Fenaban para 2017:

Inflação (INPC) + 1% de aumento real. Índice repercutirá sobre salários, PLR, tíquetes, auxílio creche/babá e demais verbas

PROPOSTA NÃO É NOVIDADE

A categoria bancária não é a primeira a firmar este acordo de dois anos. Metalúrgicos do ABC paulista já o fizeram antes. Em outras partes do mundo há exemplos semelhantes. Trabalhadores da indústria, do comércio e da construção civil também já aprovaram este modelo de acordo entre patrões e empregados no Brasil, EUA, Reino Unido e Canadá.

Como ficam os salários (Pisos após 90 dias)

	Valores atuais	Valores da nova proposta
Portaria	R\$1.377,62	R\$1.487,83
Escritório	R\$1.976,10	R\$2.134,19
Caixa/tesoureiro	R\$2.669,45	R\$2.883,01
Gratificação de Caixa	R\$470,75	R\$508,41
Outras verbas de caixa	R\$222,60	R\$240,41

Greve garante PLR do Bradesco para bancários do HSBC

Funcionários receberão pagamento proporcional ao período de julho a dezembro de 2016, referente ao período a partir da aquisição do banco no Brasil

Graças à pressão da maior greve da história da categoria, que durou 31 dias, a direção do Bradesco cedeu e decidiu atender à reivindicação do Comando Nacional dos Bancários e da Contraf-CUT para que todos os bancários do HSBC recebam a PLR do banco, que comprou a instituição inglesa no Brasil. Para isso, será considerado, a título de participação nos lucros, o período de julho a dezembro de 2016, e não outubro a dezembro do mesmo ano. Desta forma, os funcionários receberão a PLR, em pagamento proporcional, ou seja,



A participação ativa dos bancários do HSBC na greve nacional garantiu aos funcionários do banco, a PLR do Bradesco. O diretor do Sindicato Amarildo Silva durante a paralisação na Ilha do Governador

metade da regra. A primeira parcela da PLR e do adicional serão pagos dez dias após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

“Foi uma vitória importante para os funcionários do HSBC, pois garante a PLR do Bradesco para os trabalhadores de toda a empresa. No entanto, vamos continuar cobrando também a garantia no emprego para todos os bancários e bancárias, pois o histórico nos mostra que as fusões sempre resultam em demissão de funcionários”, disse o diretor do Sindicato, Amarildo Silva.

CONQUISTA DA FAMÍLIA BANCÁRIA

Ampliação da licença-paternidade permitirá aos pais assistir as mães e os bebês recém-nascidos



A presença paterna é também fundamental nos primeiros anos de vida do bebê e no período pós-parto das mães. A ampliação da licença é uma vitória dos trabalhadores conquistada com a greve

A ampliação da licença paternidade de 5 para 20 dias é uma importante conquista da categoria e fruto da greve nacional e da mobilização dos bancários e bancárias. O decreto que foi assinado pela então presidenta Dilma Rousseff, em maio deste ano, é uma vitória de todos os trabalhadores. O direito começa a valer a partir de 2017, quando o governo anunciar o benefício fiscal para as empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã, também criado no governo Dilma.

“Este é um direito conquistado com muita luta pelos sindicatos e é uma vitória para a categoria, fruto da nossa greve, garantir que os pais

estarão juntos com as mães bancárias num período tão importante que sucede ao parto em que o bebê precisa de cuidados especiais. Mas os homens precisam entender que a licença não é para ir jogar futebol e beber com os amigos, e sim para estar junto com as mulheres e os filhos” disse a presidenta do Sindicato Adriana Nalesso.

Os bancários já haviam conquistado, em 2010, a ampliação do prazo da licença-maternidade de quatro meses para até seis meses. Para a empresa, a vantagem é poder deduzir de impostos federais o total da remuneração integral da pessoa licenciada.

Saiba mais sobre esta conquista

✓ **Quando começa a valer?** A partir de 2017, quando o governo federal anunciará o benefício fiscal para as empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã.

✓ **Quem pode pedir a prorrogação da licença?** De acordo com a nova regra, a prorrogação da licença-paternidade será concedida ao trabalhador que pedir o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento do filho.

✓ **A medida vale também para pais de filhos adotivos?** Sim, a prorrogação da licença-paternidade também pode ser pedida após a adoção de criança de até 12 anos completos.

✓ **Todas as empresas são obrigadas a conceder os 15 dias a mais de licença?** Não. No caso das empresas privadas, a extensão vale para os funcionários das empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã (programa regulamentado pelo governo em 2010).

✓ **É permitido fazer outro tipo de trabalho durante a prorrogação da licença?** Não. Se essa regra for descumprida, os funcionários perdem o direito à prorrogação.

✓ **O pai que tirar a licença receberá todo o salário?** Sim. A lei diz que “o empregado terá direito a sua remuneração integral”, assim como a mãe em licença-maternidade.